



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

1 – Em audição perante a Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas, em setembro de 2018, o então Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, afirmou que uma das medidas adotadas pela Infraestruturas de Portugal (IP) para prevenir a destruição das ligações telefónicas pelos incêndios foi a disponibilização de condutas enterradas, que acolheriam estas ligações;

2 – Mais afirmou o Sr. Ministro do Planeamento e Infraestruturas ter sido celebrado um protocolo entre a Altice/MEO, e a IP, em 07-12-2017, para que aquela operadora pudesse usar os CTR da IP para enterrar as ligações telefónicas, numa extensão de cerca de mil quilómetros nas zonas mais críticas;

3 - Em debate na Assembleia da República, o Sr. Primeiro-Ministro, questionado pela líder do CDS-PP a propósito da extensão das ligações telefónicas já enterradas, não foi conclusivo, tendo referido que lhe parecia que seriam cerca de seiscentos quilómetros, ou seja, menos que os mil quilómetros anunciados pelo Governo e certamente menos, se comparados com os 77.000 quilómetros da rede da Altice;

4 – Dois anos volvidos sobre a tragédia dos incêndios – e cientes do "aviso à população" ontem emitido pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), que refere que a temperatura vai subir até sexta-feira, variando entre os 30 e os 35 graus, podendo atingir valores superiores no interior –, somos surpreendidos com a notícia de que, dos mil quilómetros anunciados pelo Sr. Primeiro-Ministro, apenas cerca de cem quilómetros de cabos estão enterrados, e nem sequer estão em funcionamento, em virtude dos obstáculos colocados pela IPTelecom (IPT) e pela Infraestruturas de Portugal (IP);

5 – Terá sido a conduta contratualmente ambígua destas duas entidades, de resto, que esteve na origem da denúncia do protocolo atrás referido por parte da Altice/MEO, facto este de que também hoje tomámos conhecimento, com preocupação;

6 – Deste modo – e na sequência das questões que dirigimos ao Sr. Primeiro-Ministro em 28 de maio p.p., através da pergunta n.º 2137/XIII-4.^a, à qual nunca respondeu – cumpre saber que medidas alternativas vai o Governo desenvolver, para proceder ao enterramento das ligações telefónicas nas zonas mais sujeitas a incêndio rural;

Tendo presente que:

Nos termos do disposto no art.º 156º, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados «fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública e obter resposta em prazo razoável»;

Nos termos do art.º 155º, n.º 3 da Constituição e do art.º 12º, n.º 3 do Estatuto dos Deputados, «todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas»;

Nos termos do disposto no art.º 229º, n.º 1 do Regimento da Assembleia da República, as perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no n.º 3 do mesmo preceito;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados vêm por este meio requerer ao Senhor Primeiro-Ministro, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, se digne responder às perguntas seguintes:

1 – Confirma que apenas 100 quilómetros de ligações telefónicas foram enterrados, nas zonas de maior perigo de incêndio, ao abrigo do protocolo celebrado entre a Altice/MEO e a Infraestruturas de Portugal?

2 – Quais as zonas de maior perigo de incêndio em que se adotou esse procedimento?

3 – Confirma que a Altice/MEO denunciou o contrato CTR? Quais os motivos invocados?

4 – Considerando a absoluta relevância de se proceder ao enterramento das linhas telefónicas nas zonas de maior risco de incêndio, sumamente enfatizada pelo Sr. Primeiro-Ministro em declarações televisivas proferidas aquando dos incêndios de 2017, perguntamos quais são as medidas alternativas que o Governo vai tomar para proceder ao enterramento das ligações telefónicas nas zonas mais sujeitas a incêndio rural?

5 – Qual a extensão de condutas enterradas que o Governo prevê realizar ainda durante o período de maior incidência de incêndios rurais de 2019?

6 – Qual é o cronograma previsível para o enterramento da extensão das linhas telefónicas restante?

Palácio de São Bento, 21 de agosto de 2019

Deputado(a)s

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

Deputado(a)s

TELMO CORREIA(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)